

VILÉM FLUSSER

Um dos ângulos pelos quais posso enfocar o problema-chave da segunda metade do século vinte é este: De um lado aumenta consideravelmente a capacidade produtora da humanidade, e isto é especialmente verdade para os países desenvolvidos. De outro lado aumenta, ainda mais consideravelmente, a população, e isto é especialmente verdade para os países ~~desenvolvidos~~ subdesenvolvidos. Os dois fenômenos estão ligados entre si: a população na parte subdesenvolvida da humanidade aumenta graças ao aumento da produtividade da parte desenvolvida, e mais especialmente graças ao desenvolvimento da medicina. As curvas da produtividade industrial e biológica divergem, e o abismo entre elas aumenta. Independentemente de quaisquer considerações da distribuição de produtos torna-se óbvio o seguinte fato: o desnível entre os povos desenvolvidos e subdesenvolvidos continuará a aumentar, e alcançará um estágio catastrófico, a menos que se verifiquem modificações radicais nas tendências prevaescentes.

É claro que essas modificações podem assumir uma de duas formas, ou ambas: pode aumentar ainda mais a produtividade industrial, e/ou pode diminuir substancialmente o ritmo de aumento das populações no mundo. A primeira alternativa oferece poucas perspectivas promissoras para o futuro imediato, dado o ritmo gigantesco de aumento atual da produtividade nos centros desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos e na União Soviética, e dada a relativa estagnação do mundo subdesenvolvido. Pode-se objetar, a isto, que um radical aumento da produtividade do mundo subdesenvolvido alteraria a cena. Mas isto não é o caso. Mesmo se essa produtividade aumentasse por salto, e se multiplicasse, (coisa impossível num futuro previsível) mesmo assim nenhuma modificação substancial teria sido introduzida, dado o nível incrivelmente baixo da produtividade do mundo subdesenvolvido, se comparado com o desenvolvido. Embora, portanto, seja desejável um rápido avanço da tecnicalização, se o evitar da catástrofe da qual falei fôr a meta, reside na segunda alternativa a esperança mais razoável, por fraca que seja.

O aumento da população pode ser controlado de diversas maneiras. A única maneira éticamente discutível é o controle da natalidade. Tecnicamente esse controle é perfeitamente possível. Existem pílulas que permitem seja a vitade praticamente todo nascimento não planejado. Financeiramente é esse controle igualmente viável. Foi informado que o custo das pílulas a controlar a natalidade no mundo seria da ordem de um bilhão de dólares por ano. O produto nacional bruto dos Estados Unidos é aproximadamente 850 bilhões, o orçamento americano é aproximadamente 160 bilhões, e o custo da guerra no Vietnam é aproximadamente 20 bilhões. Os Estados Unidos, sés, poderiam financiar a pílula sem senti-lo. Dada esta viabilidade técnica e financeira da pílula, está ela no centro das discussões nos Estados Unidos e na Europa. Mas existem outras obstáculos, praticamente insuperáveis, que evitam seja a pílula aplicada eficientemente no presente momento. O Japão parece ser o único exemplo de uma exceção desta regra. O presente artigo tem

VILÉM FLUSSER

propósito de discutir, ligeiramente, dois dos obstáculos que se levantam. São estas duas perguntas: É éticamente justificável o controle da natalidade? E, se o for, quem pode e quem deve exercê-lo esse controle?

A primeira pergunta pode ser feita em dois contextos inteiramente diferentes. Num contexto coletivo e social, e num contexto individual e existencial. No primeiro ela se põe da seguinte forma: É bom, (ou correto), se a força procriativa de uma dada sociedade for controlada? O argumento a favor seria o seguinte: É bom, porque uma procriação incontrolada resulta em contínuo empobrecimento daquela sociedade. O argumento contra seria o seguinte: Não é bom, (ou correto), porque uma manutenção artificial do número da população em nível planejado, (e baixo), diminui a projeção daquela sociedade sobre a cena internacional, pelo menos se a quantidade de membros for o índice de peso de uma dada sociedade. Quem aceitar este argumento, deve, se for honesto, advogar uma propagação de uma natalidade ainda mais fecunda. Podemos, desde já, constatar o tipo da mentalidade que argumentará a favor ou contra a nessa pergunta neste contexto. Argumentará a favor todo aquele quem concebe a sociedade como método para alcançar um máximo de satisfação nos indivíduos dos quais é composta. Argumentará contra todo aquele quem concebe a sociedade como meta. A segunda mentalidade, (aquela que inclui toda cosmovisão nacionalista e socialista), prevalece atualmente no mundo subdesenvolvido. Em consequência tende a ser respondida a nessa pergunta, no contexto social, negativamente.

No contexto individual e existencial a pergunta se põe da seguinte forma: Tenho o direito, (ou tem alguém o direito), de ter apenas aqueles filhos que quero ter? A resposta afirmativa seria a seguinte: Tenho o direito, (e o dever), de ter apenas aqueles filhos que quero, porque filhos não quistos são uma limitação da minha liberdade, e porque filhos não quistos sofrerão as consequências de não terem sido quistos, (consequências econômicas, sociais, psicológicas e outras). A resposta negativa seria a seguinte: Não tenho o direito, porque ao fazer filhos não sou livre, mas instrumento de uma ordem superior, seja ela natural ou transcendente. E essa ordem superior ordenará a vida dos meus filhos, sejam eles quistos ou não quistos. Dada essa ordem tenho o dever de querer os filhos que não quero. Podemos constatar, desde já, o tipo de mentalidade que argumentará a favor, e contra, a nessa pergunta no presente contexto. Argumentará a favor todo aquele quem conceber o homem como ser parcialmente livre, e para o qual todo aumento de escolha, (como o é a pílula), representa um enriquecimento da vida. E para o qual, consequentemente, o nascimento de um homem não é um "acontecimento feliz", mas um acontecimento éticamente neutro. Argumentará contra todo aquele quem conceber o homem como um ser criado, portanto determinado, e para o qual o aumento da escolha representa portanto mais uma tentação de cair em pecado. E para o qual, consequentemente, "o direito de nascer" é um valor transcendente. A segunda mentalidade, (aquela que inclui toda cosmovisão religiosa), prevalece atualmente no mundo subdesenvolvido. Em consequência tende a nessa pergunta, no contexto individual, a ser respondida negativamente, e é curioso observar como essa negação vem reforçar a primeira, embora brete de uma cosmovisão inteiramente diferente.

VILÉM FLUSSER

A segunda pergunta põe o problema seguinte: Admitido o controle de natalidade como meta desejável, quem deverá exercê-lo? O problema tem dois extremos. Num dos extremos está aquele quem produz as pílulas, e está, pois, automaticamente, no controle. No outro extremo está aquele quem toma as pílulas, e está pois automaticamente, no controle, embora em outro sentido. Os dois extremos são inevitáveis. O controle da natalidade é impossível sem uma decisão favorável tanto dos produtores como dos consumidores das pílulas controladoras. Mas uma análise um pouco mais atenta dessas decisões mostrará que não são livres. O produtor produzirá a pílula se para tanto for motivado por alguém, e o consumidor as consumirá se motivado para tanto. Aquela quem exercer a força dessa motivação, exercerá o controle efetivo sobre a natalidade. E esse alguém, por sua vez, exercerá o controle movido por "interesses". Este raciocínio é um bom exemplo da dificuldade de fixar o momento da liberdade em toda decisão humana.

Pois a pergunta assume agora a seguinte forma: Quem está interessado em exercer o controle da natalidade? E quem, se interessado, dispõe de suficiente força motivadora para fazer com que o controle funcione? A pergunta, se posta assim, tem duas respostas. A primeira é esta: Todo aquele quem conhece a tendência atual está interessado, diretamente ou indiretamente, no controle da natalidade. Os mais diretamente interessados são os subdesenvolvidos, porque sofrem, imediatamente, as consequências de um aumento populacional desregrado. Indiretamente, mas muito fortemente, estão interessados, também os desenvolvidos, porque os desníveis econômicos representam para eles uma constante ameaça. E o controle pode funcionar apenas se tanto desenvolvidos como subdesenvolvidos cooperam, já que os aparelhos no mundo desenvolvido motivam os produtores e distribuidores da pílula, e os aparelhos no mundo subdesenvolvido motivam os seus consumidores. A segunda resposta é esta: Interessado no controle da natalidade está apenas o mundo desenvolvido, porque sabe que perecerá, se a tendência atual não for modificada. O mundo subdesenvolvido está interessado, pelo contrário, numa continuação dessa tendência, porque ela o propelirá em direção de uma participação sempre maior nas decisões que governam os destinos do mundo. A propagação da pílula é mais uma arma do mundo desenvolvido na sua luta pela sobrevivência desesperada. Não importa qual das duas respostas é a mais razoável, (se é que há um fêre independente que possa julgar entre elas). O que importa é que o controle não pode ser exercido sem a colaboração dos aparelhos do mundo subdesenvolvido, e que é praticamente impossível forçar esses aparelhos a colaborar eficientemente, se não o quizerem. E a grande maioria parece não querê-lo.

Esta parece ser a situação atual da humanidade, se vista sob o ângulo proposto. A catástrofe, consequência da desproporção entre produtividade técnica e biológica, parece ser, pois, muito provável. Talvez seja desejável, talvez não o seja. Em todo caso, o problema merece ser discutido também nos países subdesenvolvidos com a seriedade que merece. O presente artigo é um convite para uma tal discussão, desapaixenada na medida do possível.